

POR UMA ANÁLISE AMPLIADA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

LUIZ FERNANDO CAMARGO

luzfernando.camargo@hotmail.com

SONIA REGINA VARGAS MANSANO

mansano@uel.br

POR UMA ANÁLISE AMPLIADA DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Resumo

A sustentabilidade é uma temática que vem sendo abordada nos mais diversos contextos e por diferentes atores sociais. Analisar a sustentabilidade remete a uma complexidade de concepções, práticas, discursos, acontecimentos e pesquisas que evidenciam a necessidade premente de desenvolver alternativas que contemplem, de maneira significativa, as reais necessidades humanas e naturais de nosso planeta. Trazer o debate sobre a sustentabilidade para o campo da Administração torna-se um grande desafio, pois essa área de conhecimento tem como foco principal ações e estratégias que contribuam para geração e o acúmulo de capital carecendo, por vezes, de uma análise crítica sobre os efeitos dessa opção. Isso, de maneira geral, favorece a exploração predatória dos recursos naturais e da vida humana no planeta. Ao analisar a dimensão social da sustentabilidade, a Administração tem apresentado estudos limitados, pois a sua maior produção de conhecimento está concentrada nas áreas de estratégias e econômicas que priorizam o acúmulo de capital. Desta forma, o presente trabalho justifica-se ao traçar uma análise sobre a esfera social da sustentabilidade focalizando o contexto social, os sujeitos e suas múltiplas dimensões.

Palavras chave: Sustentabilidade Social, Transformação social, Subjetividade.

FOR AN EXPANDED ANALYSIS OF SOCIAL SUSTAINABILITY

Abstract

Sustainability is a theme that has been approached in different contexts and by different social actors. By the analysis of sustainability, we refer to a complexity of conceptions, practices, discourses, events and research that highlight the urgent need to develop alternatives that consider, in a meaningful way, the real human and natural needs of our planet. Bringing the sustainability debate to the field of Management becomes a major challenge, since this field of knowledge focuses on actions and strategies that contribute to the generation and accumulation of capital, at times, requiring a critical analysis of the effects of this option. This fact, in general, helps the predatory exploitation of natural resources and human life on the planet. By the analysis of social dimension of sustainability, the Administration has presented limited studies, since its greater production of knowledge is concentrated in the strategic and economic areas that prioritize the accumulation of capital. In this way, the present work is justified in drawing an analysis on the social sphere of sustainability focusing on the social context, the subjects and their multiple dimensions.

Key-words: Social Sustainability, Social Transformation, Subjectivity.

Introdução

O debate sobre a sustentabilidade vem ganhando importância e destaque em diferentes espaços sociais, incluindo as organizações. Frequentemente a noção de sustentabilidade é abordada em três dimensões: ambiental, econômica e social (ELKINGTON, 2001). Mesmo com sua definição ampla e de grande abrangência, alguns autores (SACHS, 2009; FOLADORI, 2002; FARIA, 2014) destacam que essa abordagem não é suficiente para atender de forma efetiva as reais implicações presentes na problematização sobre a preservação ambiental. Tais autores sublinham que as dimensões econômica e ambiental possuem uma maior quantidade de estudos e, com isso, agregam mais clareza em seus pressupostos, possibilitando uma melhor execução dos mesmos. Já a dimensão social, abordada de modo menos frequente, apresenta fragilidades em sua definição e abrangência,

colocando em risco as possibilidades de concretizar uma sustentabilidade efetiva (COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIEBLER, 2005).

O presente estudo buscou aprofundar a compreensão da dimensão social da sustentabilidade, recorrendo às noções de cidadania, sociedade civil e participação social. Para tanto, ateu-se às maneiras como são construídas as relações sociais, reconhecendo no sujeito e nas suas relações sociais cotidianas os protagonistas dessa sustentabilidade. Para isso, partiu-se da concepção de sujeito como alguém que está em constante movimento e é atravessado por múltiplas dimensões que vão desde a história pessoal, passando pela história coletiva e chegando à produção de desejos que são compartilhados (LANE, 1980; CHANLAT, 1996).

Ao analisar o movimento de produção dos sujeitos e das suas relações com o mundo que os cerca, o presente trabalho justifica-se por colocar em evidência as possibilidades de compreender a sustentabilidade social como algo que engloba a geração de emprego e renda, mas que vai para além disso, podendo suscitar também novas experiências, afetos, encontros e conexões. Assim, o problema colocado pelo presente trabalho consiste em compreender a sustentabilidade social de uma maneira ampliada que inclua tanto a relação do homem com a natureza quanto as relações sociais e afetivas presentes no cotidiano de nossa sociedade.

Com o intuito de investigar os desdobramentos da sustentabilidade social, adotamos uma abordagem teórica qualitativa, pois esta

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2008, p. 21).

Desta forma, a pesquisa levantou informações aprofundadas sobre a dimensão social da sustentabilidade, evidenciando seus desdobramentos e efeitos políticos. Assim, o estudo foi dividido em dois momentos: Primeiro, a noção de sustentabilidade foi abordada em sua dimensão histórica, discutindo seus desdobramentos políticos e os estudos que ampliaram o leque de abrangência dessa noção. Em seguida, foi dado destaque especificamente à dimensão social da sustentabilidade, atentando para os agentes que a colocam em prática e as possibilidades de resgatar a dimensão política de suas ações. Por fim, a sustentabilidade social é discutida especificamente na interface com a Administração, explorando seus limites e possibilidades concretos. Ao final deste trabalho, pretende-se ter contribuído para uma análise crítica sobre a importância do aprofundamento e da inserção de novos elementos para compreensão da dimensão social no debate da sustentabilidade, trazendo essa discussão para o campo da Administração.

Sustentabilidade: história e desdobramentos políticos

A preocupação com o meio ambiente teve início no século XIX por meio da crítica sobre a destruição da natureza provocada pela revolução industrial e pela constatação de seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Já no século XX, ocorreram os primeiros eventos internacionais para a discussão dos temas ambientais que buscaram destacar a necessidade de buscar alternativas cabíveis para este problema que já se propagava em escala planetária. A exploração desenfreada da natureza desencadeou, a partir de 1945, uma preocupação com futuro do planeta em função de dois acontecimentos específicos: a explosão da primeira bomba atômica, que representou uma ameaça coletiva à existência, criada pela própria humanidade, e a consolidação da organização econômica capitalista, baseada na geração e disseminação dos pressupostos gerais de produção delineados pelo taylorismo-fordismo, que trouxeram efeitos negativos diversos ao meio ambiente (PIERRI, 2001).

A discussão foi aprofundada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela ONU em Estocolmo, no ano de 1972, na qual foram levantadas diferentes formas de compreender e assumir o problema do meio ambiente tanto em países considerados em desenvolvimento quanto nos países já desenvolvidos. No que se refere especificamente à busca pela equidade social foram elaboradas propostas que seriam facilitadas por meio de sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisão e uma ampliação do exercício democrático no sistema econômico internacional vigente (PIERRI, 2001).

O denominado relatório de Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, teve grande importância nas discussões mundiais sobre a sustentabilidade. Após a disseminação desse material, a preocupação com o meio ambiente não cessou, dando seguimento a novas conferências para levantar e discutir os problemas econômicos, sociais e ambientais de acordo com a realidade. As principais conferências realizadas no decorrer do século XX foram Rio-92, Rio+10, Rio+20 e, mais recentemente, a Convenção do Clima (COP) realizada em na cidade de Paris em 2015. Cada um desses eventos contribuiu para fazer avançar uma discussão mundial sobre a preservação do meio ambiente, buscando garantir o compromisso das diferentes nações com a preservação do planeta. Cabe destacar, entretanto, que o debate ainda carece de agentes, políticas e práticas efetivas que se revertam em ações mundiais de preservação significativas.

Também o conceito de desenvolvimento sustentável foi disseminado a partir de 1987, com o relatório de Brundtland. Elkington (2001), a partir do relatório de Brundtland, realizou estudos que culminaram no conceito de *Triple Bottom Line*, que contempla os três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico (*people, planet e profit*). A definição dos três pilares da sustentabilidade, apresentada por Elkington, baseou-se em sua experiência de consultoria empresarial. Assim, seu estudo teve por objetivo melhorar a capacidade produtiva e o fortalecimento das organizações diante dessa nova realidade do mercado, que destaca a importância da sustentabilidade econômica e a responsabilidade sobre a organização dos meios de produção. Seus argumentos acentuam a relevância de tomar em consideração a limitação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, com foco na justiça social e na conservação da natureza a fim de que a mesma possa ser acessível para as futuras gerações – posição condizente com o Relatório Brundtland.

Esse modelo tridimensional inicial, entretanto, tem sido discutido criticamente por diversos autores (SACHS, 2009; FOLADORI, 2002). Eles concluíram que apenas as três dimensões eram insuficientes para fornecer uma efetiva prática da sustentabilidade e que sua abordagem não estava compatível com a complexidade da realidade social atual. Outra crítica levantada sobre a tridimensionalidade da sustentabilidade é que a preocupação com os pilares ambiental e social era ínfima diante do investimento e valorização do pilar econômico. Assim, a escassez dos recursos naturais e sociais poderia interferir gravemente no crescimento econômico e da produção, tornando-se um problema para o sistema capitalista. Uma forma clara de perceber a incoerência e desequilíbrio entre os três pilares iniciais é que eles, embora tenham sido concebidos com o mesmo peso na tridimensionalidade, na prática, não ganham a mesma importância (FOLADORI, 2002).

Diante dos limites da tridimensionalidade, um estudo mais recente de Sachs (2009) apresenta uma abordagem mais ampla e focada no processo de transformação social. Para o autor, a sustentabilidade poderia ser pensada em oito dimensões, sendo elas: ecológica, ambiental, econômica, social, espacial ou territorial, cultural, política nacional e internacional. A ampliação das dimensões da sustentabilidade realizada por Sachs demonstra o quanto esta questão ainda está em processo de investigação e demanda estudos que possam torná-la menos abstrata e mais factível, tanto em nível local quanto global. Também adotando uma perspectiva social e política sobre as dimensões da sustentabilidade, Faria (2014) descreve

sete dimensões, partindo da análise presente na Agenda 21, a saber: social, econômica, ecológica, cultural, espacial, política e ambiental.

A coexistência das diferentes abordagens sobre as dimensões da sustentabilidade levam ao questionamento sobre como construir uma prática eficaz de atuação junto à natureza, à população e ao espaço que as abriga. Assim, a crítica que se mantém sobre a sustentabilidade refere-se à supremacia da dimensão econômica. Afinal, como pode existir sustentabilidade dentro do sistema capitalista, uma vez que ele tende a promover uma destruição sistemática dos recursos naturais e, por extensão, das relações sociais? Como sustentar um sistema que a cada dia multiplica o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza? Como conviver com o fato de que os mais pobres sejam os mais afetados com as crises? (O'CONNOR 2002).

Diante dessa diversidade de questões que se colocaram no decorrer da história da sustentabilidade e do esforço para conceituá-la em sua dimensão social, seguimos nosso estudo conceituando a dimensão social, destacando suas possibilidades políticas de transformação da organização social e das práticas de preservação do meio ambiente.

Delineando a sustentabilidade social

Os debates sobre sustentabilidade começaram em meio à preocupação com as questões ambientais e com a continuidade da vida no planeta. Posteriormente, a questão econômica foi inserida aos debates e, por último, a dimensão social também foi abordada nas conferências. As questões ambientais e econômicas dominaram o debate sobre o desenvolvimento sustentável em seu início, enquanto, apenas no final de 1990, as questões sociais foram consideradas de maneira mais significativa na agenda da sustentabilidade. Isto se deu principalmente porque o desenvolvimento sustentável nasceu da integração entre o movimento ambiental emergente da década de 1960 e os defensores da "necessidade básica", na década de 1970 (COLANTONIO, 2007).

Diante desse descompasso, a sustentabilidade social acabou sendo definida de diferentes maneiras, tendo como base as normas sociais, a sustentabilidade institucional e os direitos democráticos. A dificuldade em conceituar a dimensão social se deve à falta de uma diferenciação clara entre os aspectos analíticos, normativos e políticos presentes no termo social (Grießler; Littig, 2005). Tal imprecisão implicou dificuldades no seu delineamento e na definição de seus objetivos durante as últimas décadas, uma vez que o foco da sustentabilidade social “teve como eixo central a pobreza e o incremento populacional” (FOLADORI, 2002, p. 108). As questões relacionadas à qualidade de vida e à equidade social estiveram presentes desde os primeiros estudos do tema. Entretanto, o eixo central era a pobreza, o crescimento populacional e a geração de emprego. Assim, tanto a redução da pobreza como a limitação do crescimento populacional eram o foco dos programas de sustentabilidade social, pois ambos tinham uma relação direta com a questão ambiental e econômica.

Nota-se que o foco da noção de sustentabilidade social está no trabalho e na sua consequente geração de renda. De acordo com essa visão, o trabalho é um conceito chave para a conquista da sustentabilidade social. Por meio dele, haveria a regulação dos processos de exploração por um princípio normativo entre a relação homem e natureza. Assim, centra-se inicialmente na gestão social dos recursos naturais que, em longo prazo, poderia assegurar a distribuição equitativa dos recursos e o fornecimento das exigências ecológicas básicas para a reprodução social. Sob esse ponto de vista, a inclusão na esfera do trabalho permitiria que a população tivesse acesso a bens para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e consumo.

Questionamos, então, quais as possibilidades de analisar a dimensão social para além da geração de emprego e renda, apesar de reconhecermos o imenso valor desse propósito. Para isso, recorreremos às noções de cidadania, participação e política social. De acordo com

Vieira (2001), a cidadania necessariamente deve incluir direitos universais promulgados em lei e garantidos a todos. O autor afirma que a cidadania implica

uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites. A igualdade é formal, garantindo a possibilidade de acesso aos tribunais, legislaturas e burocracias. Não se trata de igualdade completa, mas em geral garante-se o aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes (VIEIRA, 2001, p. 35).

O exercício da cidadania envolve a definição de direitos e deveres a serem assegurados junto aos governos de forma igualitária, buscando respeitar ao máximo as diferenças no que se refere à classe, cor, etnia, gênero e orientação sexual. Para a efetivação do exercício da cidadania faz-se necessária a presença do Estado que atua no sentido de regulamentar e encontrar os melhores meios para sua implantação.

Os deveres e os direitos do cidadão, uma vez regulamentados pelo Estado, abrangem diversas esferas da existência, incluindo as não estatais (como a esfera privada, a economia e o mercado), as organizações comunitárias e as ONGs. Desta forma, a cidadania é um exercício a ser praticado e conquistado por toda a sociedade civil. Esta última é outro ponto importante para o debate, uma vez que se faz indispensável e apresenta várias perspectivas. Na concepção marxista, ela é definida como algo que

constituiria uma esfera não-estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização. Por sua vez, a definição normativa leva em conta o desenvolvimento de efetiva proteção dos direitos dos cidadãos contra abuso de direitos (VIEIRA, 2001, p. 36).

Nota-se que a cidadania e a sociedade civil têm bases diferentes, pois a cidadania tem como alicerce o Estado que a regulamenta, garantindo o direito igual para todos. Já a sociedade civil abrange diversos grupos sociais e seus interesses díspares, como empresas, indústrias, ONGs e movimentos sociais.

Outro ponto relevante a ser aqui considerado envolve o enfraquecimento das relações sociais e o desenvolvimento de uma visão mais individualista de mundo e de sociedade presentes na contemporaneidade. Eles foram delineados no decorrer da história do capitalismo e produziram, ao longo do tempo, a dissolução das relações políticas ligadas aos interesses da coletividade. Assim, diante da

moderna vida urbana e industrial, foi fundamental a generalização do dinheiro intermediando todas as relações sociais. Porém, a socialização pelo dinheiro empobrece emocionalmente o ser humano, levando-nos a viver em relações despersonalizadas, utilitaristas e instrumentais, o que nos incapacita para suportar as relações humanas (LISBOA, 2003, p.242).

Com o retraimento das relações sociais, as articulações dos indivíduos se voltaram majoritariamente para a vida privada, ocasionando uma crescente indiferença em relação às questões de ordem coletiva. Tal fato inviabilizou uma perspectiva mais política e social que englobasse interesses compartilhados. Um efeito decorrente desse enfraquecimento foi uma espécie de naturalização da desigualdade que, por sua vez, levou a perda do sentido de equidade legal entre os sujeitos, enfraquecendo a solidez do corpo social.

Esse enfraquecimento da solidariedade e das relações sociais cobra um preço muito alto, pois “ao eclipsar o sentido de solidariedade deixamos de perceber que tudo existe em relação e tudo nos afeta mutuamente: se uma parte vive mal, a outra também será afetada” (LISBOA, 2003, p. 242). Neste cenário, é notável o quanto as relações sociais estão acontecendo de maneira insustentável e sendo sistematicamente abaladas e empobrecidas no que se refere à suas dimensões social e política com foco no bem estar da coletividade. Diante

desse enfraquecimento, cabe analisar como a sustentabilidade social pode ser abordada na área da Administração, reconhecendo suas possibilidades e limites.

A sustentabilidade social e a área da Administração: aproximações

É notável que as políticas sociais elaboradas e implantadas em diversos países pretendem reduzir a desigualdade social e a pobreza. Para a eliminação da pobreza, entretanto, está colocado o desafio de não pensar de maneira limitada, pois ela não envolve apenas a carência material, como fome, por exemplo. Existem outras formas de pobreza, como a pobreza de cultura, de conhecimento e de afetos. A pobreza também pode ser definida como “o processo de repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 1994, p. 19).

Para a construção de uma sustentabilidade que de fato esteja comprometida com o social é preciso ampliar suas dimensões, contemplando também a saúde, o bem-estar, a educação, a segurança e a cultura. Nesse sentido, ressaltamos que a dimensão social demanda de uma atenção mais aprofundada e crítica para não colocá-la como apenas uma coadjuvante da sustentabilidade.

Como a área de Administração se posicionou diante dessa dimensão social da sustentabilidade? A história dessa área de conhecimento mostra uma priorização dos estudos de ordem econômica e gerencial. Para Chanlat, a área apresenta uma espécie de

obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pela produtividade, pelo rendimento a curto prazo que encontramos até hoje em nossas organizações e na sociedade levou a maioria dos pesquisadores a concentrar seus interesses nestas questões e a reduzir seus esforços em simples técnicas de controle (CHANLAT, 1996, p. 24)

Estudos e técnicas voltados majoritariamente para controle da produção e otimização de resultados, entretanto, mostraram-se insuficientes na problemática da sustentabilidade social uma vez que evidenciaram o quanto as organizações representam “um lugar de sofrimento”, abertas “à violência física e psicológica, ao tédio e mesmo ao desespero não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superior” (CHANLAT, 1996, p. 25). O autor ainda considera:

em um mundo essencialmente dominado pela racionalidade instrumental e por categorias econômicas rigidamente estabelecidas, os homens e as mulheres que povoavam as organizações são considerados na maioria das vezes recursos, isto é, como quantidades materiais cujo rendimento deve ser satisfatório do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria-prima. (CHANLAT, 1996, p. 25)

Essa maneira predominantemente racional de lidar com o ser humano se consolidou em uma sociedade que tinha como principal preocupação a acumulação de riquezas e não os modos de vida compartilhados. É nesse sentido que o sujeito, em nosso entendimento, precisa ser compreendido para além da racionalidade instrumental, sendo composto de outras dimensões subjetivas como o pensar, o desejar, o criar e o agir - que evidenciam o seu constante movimento.

Diante do exposto, consideramos que para realizar um estudo sobre a sustentabilidade social focado em seus agentes não é possível analisar o sujeito de maneira inerte e cristalizada. Ele está em constante movimento, fato que demanda uma abordagem em multifacetada. Para compreender a construção do sujeito não há uma fórmula única, pois esta construção depende das experiências vivenciadas e de como suas múltiplas dimensões se relacionam. Para Chanlat (1996, p. 35), “os seres humanos constroem, destroem e reconstroem sempre sua realidade a partir de experiências ao mesmo tempo antigas e novas”.

Diante dessa mutabilidade, compreendemos que o processo de produção e

transformação do sujeito conta com diversas dimensões, evidenciando-o como um ser ativo e reflexivo, simbólico, desejante, social e histórico (Idem). Um estudo sobre a sustentabilidade social no campo da Administração não pode deixar de considerar que, por esse movimento de produção do sujeito, a dimensão social também se transforma. Nesse movimento, tanto o sujeito quanto as relações afetivas que ele estabelece com o trabalho e a produção desencadeiam novas experiências, confrontos e conexões.

Paralelamente, essa relação também faz emergir novos problemas a serem analisados pelas diversas áreas de conhecimento implicadas com a construção de um planeta sustentável, incluindo aí a área da Administração. Para isso, cabe tomar em consideração suas possibilidades efetivas de compreender o sujeito trabalhador para além da dimensão servil e dócil (FOUCAULT, 1996), concebendo-o como um agente social potente, capaz de transformar sua realidade social, ambiental e econômica com práticas efetivas de cidadania e participação social também no âmbito das organizações.

Considerações finais

A sustentabilidade vem se destacando em debates tanto organizacionais como na sociedade em geral, nos quais a preocupação em satisfazer as necessidades presentes e também futuras da população está cada vez mais evidente. Por mais que esse debate envolva a dimensão social, na prática, percebe-se que sua efetivação ainda está longe de ser satisfatoriamente alcançada.

Embora a noção de sustentabilidade tenha por objetivo atender pelo menos as três dimensões (econômica, ambiental e social), o que se constata, de fato, é que somente as duas primeiras possuem estudos aprofundados, deixando a questão social em um campo genérico, carente de aprofundamento e possibilidades de intervenção. No decorrer deste trabalho, foi possível perceber a necessidade de discutir de modo aprofundado a questão do social e da sua interface com as organizações. O modo de produção do sistema capitalista, voltado para a exploração predatória da natureza e para a produção de desigualdade social, já mostra seus limites e evidenciam seus problemas em escala planetária. Tomar em consideração o cenário social consolida-se como urgente e exige uma análise situada sobre as possibilidades de intervenção na maneira como concebemos a natureza e o humano.

Para consolidar a dimensão social da sustentabilidade, acreditamos ser necessário reconhecer que o principal agente da transformação social é o sujeito. Neste trabalho, ele foi definido como alguém que possui diversas dimensões e que está em constante movimento. Compreendê-lo apenas a partir de necessidades básicas implica reduzi-lo a uma visão simplista que desconsidera suas múltiplas possibilidades e potências.

Desta forma, o presente trabalho evoca a necessidade de continuar a investigação sobre a noção de sustentabilidade social nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, incluindo aí o campo da Administração. Essa diversidade de perspectivas contribui para aprimorar sua definição e base conceitual a partir das quais possa ser incorporada uma análise crítica ao debate. O presente trabalho se constitui, assim, como um passo inicial de investigação que poderá se desdobrar na ampliação de análises situadas sobre a sustentabilidade social, reconhecendo a relevância seus principais agentes e meios de transformação: o sujeito e as relações sociais.

Referências

- CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.
- COLANTONIO, Andrea. Social Sustainability: An Exploratory Analysis of its Definition, Assessment Methods, Metrics and Tools. **EIBURS Working Paper Series**, 2007.
- DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1994.

- ELKINGTON, John. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FARIA, José Henrique. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Revista Organizações e Sustentabilidade**. N. 1, v. 2, 2014.
- FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 102, 103-113, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- LANE, Silvia Tatiane Maurer. Uma redefinição da psicologia social. **Revista Educação e Sociedade**. N. 6, v. 3, 1980.
- LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 242-249.
- LITTIG, Beate; GRIEL3LER, Erich. Social sustainability: a catchword between political pragmatism and social theory. **Int. J Sustainable Development**. Vol. 8, N. 1/2, p.65-79, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. **Ecologia política, natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, p. 27-52, 2002.
- PIERRI, Naína. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. São Paulo: Record, 2001.